

Saneamento é pra vida!

ÁGUAS
de GUARIROBA UMA
EMPRESA
AEGEA



Resultados
de **2025**

99% da população
com acesso
a água tratada.

94% da capital
com rede
de esgoto.

100% do esgoto
coletado
é tratado.

Mais de 90 km
de novas redes
implantadas.

Mais de 23 mil famílias
cadastradas
na Tarifa Social
da Água.

4ª posição
no ranking
das capitais
brasileiras
com melhores
índices de
saneamento.

Troféu Quíron Rubi
no Prêmio Nacional
da Qualidade em
Saneamento
PNQS 2025.

Nova Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Botas
+ saúde e
qualidade de vida
para 12 mil pessoas.

Marco Legal do Saneamento
Alcançou metas
com 9 anos de
antecedência.

A missão da Águas Guariroba é garantir que água de qualidade esteja disponível para todos os campo-grandenses, em todos os dias do ano. Bem como que a coleta e o tratamento de esgoto estejam disponíveis nas sete regiões da cidade. Este compromisso é sustentado por investimentos contínuos em tecnologia, planejamento de longo prazo e equipe capacitada.

Atualmente, a água tratada chega para 99% da população. A resiliência hídrica de Campo Grande está sustentada por um amplo conjunto de infraestrutura e inovação, que envolve as captações dos córregos Lageado e Guariroba, duas Estações de Tratamento de Água (ETAs), além de mais de 150 poços subterrâneos e 107 reservatórios interligados. Um sistema integrado é apoiado por uma rede de distribuição com 4.166 quilômetros de extensão.

Outra prioridade da concessionária é a expansão da rede de esgoto. Em 2025, a Águas Guariroba implantou mais de 90 quilômetros de novas redes, fortalecendo a infraestrutura urbana e ampliando o acesso da população a um serviço essencial para a saúde pública e a preservação ambiental. A cidade já alcançou índices superiores a 94% de cobertura de esgoto, resultado de obras estruturantes, expansão de redes, ampliação da capacidade de tratamento e melhorias operacionais em todo o sistema.

Os números reforçam o compromisso da concessionária com a universalização do saneamento e com o desenvolvimento sustentável da capital sul-mato-grossense.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

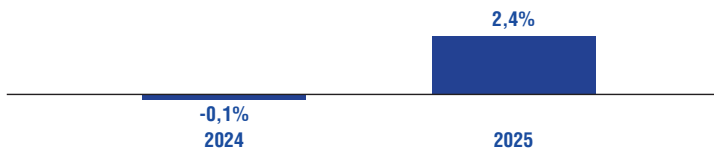
unitários de energia, que reduziram devido aos contratos de autoprodução. O consumo específico de energia aumentou 0,4% em 2025 em virtude de aspectos operacionais envolvendo a maior utilização do sistema de captação Guariroba.

Indicadores de Energia	2025	2024	Δ %
Consumo específico de energia (kWh/m³)	0,88	0,88	0,4%
Custo unitário de energia elétrica (R\$/m³)	0,39	0,42	-7,5%

PECLD: Aumento das provisões devido à revisão do critério de contabilização da PECLD.

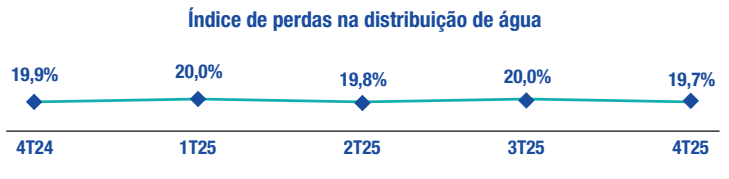
INADIMPLÊNCIA¹

O aumento da inadimplência em 2025 é devido à revisão do critério de contabilização da PECLD mencionado anteriormente.



ÍNDICE DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA²

O índice de perdas de água foi de 19,7% no 4T25. No gráfico a seguir, apresenta-se a evolução do índice entre os trimestres:



¹ Cálculo da inadimplência: PECLD / Receita Bruta (Ex. Receita de Construção) - Cancelamentos.
² Índice de perdas na distribuição (%) = (Vol. Água produzido (m³) - Vol. Água serviço - vol. Água consumido (m³)/Vol. Água produzido (m³)).
Os resultados do Índice de perdas na distribuição de água foram representados do 4T23 em diante, para refletir valores validados pela agência reguladora.

EBITDA

EBITDA ('000)	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Lucro Líquido	366.468	356.210	2,9%
(+) Resultado Financeiro	145.990	142.488	2,5%
(+) Imposto sobre Lucro	180.418	177.187	1,8%
(+) Depreciação e Amortização	91.258	78.652	16,0%
EBITDA CVM 156	784.134	754.537	3,9%
Margem EBITDA	76,5%	78,5%	-2,0 p.p.

O EBITDA cresceu 3,9% em 2025, devido principalmente ao reajuste tarifário e ao aumento no volume faturado de esgoto.

CAPEX

CAPEX ('000)	2025	2024 Reapresentado	Δ %
CAPEX	163.500	201.616	-18,9%

O Capex totalizou R\$ 163,5 milhões em 2025, com destaque para os investimentos em esgotamento sanitário, incluindo a construção de redes e melhorias nas estações de tratamento de esgoto Los Angeles, Botas e Imbrussu. Também foram realizados investimentos na infraestrutura de distribuição e reservação de água. A redução do Capex no período reflete a maturidade do ciclo de investimentos.

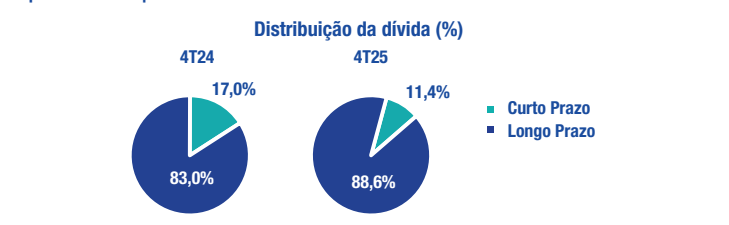
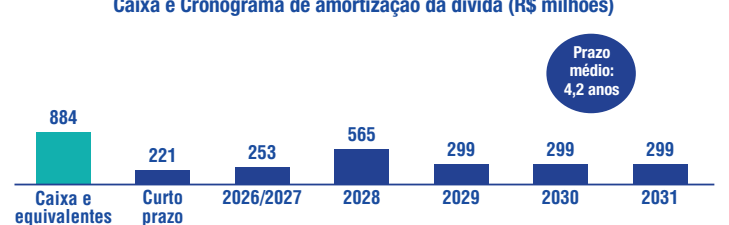
ENDIVIDAMENTO

Endividamento (R\$ milhares)	2025	2024 Reapresentado	Δ %
Dívida Líquida	1.045.437	839.301	24,6%
(+) Dívida Bruta	1.929.880	1.158.585	66,6%
(-) Caixa e Disponibilidades	(884.443)	(319.284)	177,0%
EBITDA (12 meses)	784.134	754.537	3,9%
Dívida Líquida/EBITDA	1,3x	1,1x	0,2x

O aumento da Dívida Bruta é devido à 7ª emissão de debêntures ocorrida em outubro de 2025, no valor de R\$ 900 milhões, custo de CDI+0,8% e prazo de 7 anos. A relação Dívida líquida/EBITDA ficou em 1,3x em 2025.

¹ Valores de arrendamento mercantil relativos à norma IFRS 16/CPC 06 (R2), que são contabilizados em outras linhas do resultado e impactaram os custos com energia elétrica e locação.

Caixa e Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)



Indicadores de Equidade e de Diversidade - Lei Federal nº 6.404/1976, conforme alterações incluídas pela Lei Federal nº 15.177/2025.

Em 31 de dezembro de 2025, as mulheres representavam 21,5% do total de empregados, 32,3% dos cargos de liderança e 50% da administração (diretoria estatutária e conselho de administração), ante 23%, 30,8% e 50%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024. A diferença média de remuneração total entre mulheres e homens, calculada como a razão entre o salário base médio de mulheres e o salário base médio de homens em cada exercício, foi de 1,33 em 2025 e 1,16 em 2024.

A Aegea e suas controladas e coligadas mantêm compromisso com a promoção da diversidade, equidade e inclusão. A Aegea desenvolve iniciativas para ampliar a representatividade e fortalecer equipes diversas, incluindo metas para aumentar a participação feminina em posições de liderança. Esse compromisso também está refletido em metas públicas associadas à emissão de Sustainability-Linked Bonds (SLB) da Aegea, entre elas elevar a participação de mulheres em cargos de liderança de 32% para 45% até 2030, além de ampliar a representatividade racial na liderança. Essas medidas fazem parte da estratégia da Companhia, que busca refletir, em seu quadro de colaboradores, a diversidade da população dos locais em que atua, contribuindo para o fortalecimento de sua licença social para operar.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco patrimonial (Valores R\$ milhares)

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	1.049.626	459.716
Caixa e equivalentes de caixa	6.283	4.899
Aplicações financeiras	878.160	314.385
Contas a receber de clientes	133.005	121.410
Estoques	3.403	3.850
Tributos a recuperar	15.684	7.386
Instrumentos financeiros derivativos	1.577	1.959
Outros créditos	11.514	5.827
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.926.262	1.810.949
Contas a receber de clientes	29.548	50.012
Tributos a recuperar	1.637	1.637
Instrumentos financeiros derivativos	4.285	2.275
Depósitos judiciais	1.867	1.727
Outros créditos	16	–
Imobilizado	185.038	178.229
Ativo de contrato da concessão	1.136.530	189.126
Intangível	1.597.341	1.387.943
TOTAL ATIVO	2.975.888	2.270.665
PASSIVO CIRCULANTE	357.702	330.704
Empréstimos e debêntures	221.101	198.367
Fornecedores e empreiteiros	32.518	39.590
Obrigações trabalhistas e sociais	14.029	12.895
Obrigações fiscais	11.097	8.581
Dividendos a pagar	–	670
Imposto de renda e contribuição social a pagar	40.418	50.790
Outras contas a pagar	38.539	19.811
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.947.859	1.193.729
Fornecedores e empreiteiros	10.574	6.492
Empréstimos e debêntures	1.714.641	964.506
Provisão para demandas judiciais	1.763	6.593
Passivo fiscal diferido	45.896	41.324
Provisão para benefício pós-emprego	10.735	4.770
Outras contas a pagar	164.250	170.044
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	670.327	746.232
Capital social	343.639	343.639
Custo com emissão de novas ações	(17.356)	(17.356)
Reservas de lucros	343.639	258.054
Dividendo adicional proposto	1.825	163.144
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.420)	(1.249)
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.420)	(1.249)
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.975.888	2.270.665

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores R\$ milhares)

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	Δ %
Receita bruta	1.375.627	1.357.679	1%
Receita direta	1.136.332	1.065.547	7%
Receita de construção ativo intangível	239.295	292.132	-18%
Deduções da receita bruta	(111.790)	(111.598)	0%
Receita operacional líquida	1.263.837	1.246.081	1%
Custos dos serviços prestados	(415.374)	(470.303)	-12%
Custos operacionais	(180.771)	(178.171)	1%
Custos de construção ativo intangível	(234.603)	(292.132)	-20%
Despesas operacionais	(155.587)	(99.893)	56%
Gerais e administrativas	(156.213)	(100.366)	56%
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	626	473	32%
Resultado operacional	692.876	675.885	3%
Resultado financeiro	(145.990)	(142.488)	2%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(175.757)	(184.945)	-5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(4.661)	7.758	-160%
Resultado do período	366.468	356.210	3%

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Valores R\$ milhares)

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Resultado antes dos tributos	546.886	533.397
Ajustes para:	212.045	159.178
Amortização e depreciação	91.258	78.652
Provisão para demandas judiciais	2.211	3.553
Provisão para benefício pós-emprego	5.498	–
Provisão (reversão) de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	8.151	(3.611)
Baixa de títulos do contas a receber	18.555	2.375
Resultado na baixa do imobilizado e intangível	26	20
Margem de construção ativo intangível	(4.692)	(5.728)
Perdas (Ganhos) líquidos com instrumentos financeiros derivativos	7.182	(2.587)
Rendimentos de aplicações financeiras	(49.154)	(20.600)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	130.537	90.252
Juro justo líquido da dívida por meio do resultado	(4.399)	–
Amortização do custo de captação	1.511	2.620
Variação cambial líquida	(1.194)	3.064
Ajuste a valor presente de clientes	(3.070)	2.479
Atualização monetária de demandas judiciais	(4.975)	(303)
Atualização de depósitos judiciais	(58)	(117)
Juros de arrendamentos	14.658	9.109
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos	7.571	(3.331)
Contas a receber de clientes	(14.767)	(12.617)
Estoques	447	1.013
Depósitos judiciais	(82)	(33)
Tributos a recuperar	27.676	6.244
Outros créditos	(5.703)	2.062
Aumento/(Diminuição) dos passivos	5.576	(8.002)
Fornecedores e empreiteiros	1.444	4.007
Obrigações trabalhistas e sociais	1.134	(813)
Obrigações fiscais	2.516	(3.607)
Pagamento de demandas judiciais	(2.066)	(2.923)
Outras contas a pagar	2.548	(4.666)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(113.956)	(73.357)
Juros pagos sobre arrendamentos	(14.659)	(9.109)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(172.640)	(174.312)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	470.823	424.464
Aplicações financeiras, líquidas	(554.730)	(247.783)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	31.587	8.390
Aquisição de ativo imobilizado	(923)	(1.372)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(206.775)	(260.028)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(730.841)	(505.793)
Empréstimos e debêntures captadas	900.000	437.500
Empréstimos e debêntures pagas	(156.567)	(179.801)
Custo na captação de empréstimos e debêntures	(7.176)	(1.634)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	(9.850)	–
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	1.250	1.454
Pagamentos de arrendamentos	(23.382)	(13.289)
Dividendos pagos	(442.873)	(167.360)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	261.402	76.870
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.384	541
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.899	4.358
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	6.283	4.899
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.384	541

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Receita operacional líquida	17	1.263.837	1.246.081
Custos dos serviços prestados	18	(415.374)	(470.303)
Lucro bruto		848.463	775.778
Despesas administrativas e gerais	18	(156.213)	(100.366)
Outras receitas operacionais		719	582
Outras despesas operacionais		(93)	(109)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		692.876	675.885
Receitas financeiras	19	108.871	39.695
Despesas financeiras	19	(254.861)	(182.186)
Resultado financeiro		(145.990)	(142.488)
Resultado antes dos tributos		546.886	533.397
Imposto de renda e contribuição social corrente	20 a.	(175.757)	(184.945)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20 a.	(4.661)	7.758
Lucro líquido do exercício		366.468	356.210
Resultado por ação			
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	22	1,11	1,08
Lucro por ação - Básico (em R\$)	22	1,11	1,08

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Lucro líquido do exercício		366.468	356.210
Itens que poderiam ser classificados para o resultado			
Valor justo de derivativos	21	(210)	65
IR/CS diferidos sobre valor justo de derivativos	21	(72)	(22)
Perdas/Ganhos atuariais - Benefício pós-emprego	21	(489)	376
IR/CS diferidos sobre (perdas) ganhos atuariais	21	159	(230)
Resultado abrangente total		366.297	356.699

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	
Receitas	1.360.836	1.347.512	
Serviços	1.128.973	1.051.118	
Receitas de construção ativo intangível	239.295	292.132	
Outras receitas	719	582	
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(8.151)	3.611	
Insunso adquiridos de terceiros	(502.218)	(522.961)	
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Custos de construção ativo intangível	(234.603)	(286.404)	
Custos dos serviços prestados	(77.320)	(90.024)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(195.295)	(146.533)	
Valor adicionado bruto	853.618	824.551	
Amortização e depreciação	(91.258)	(78.652)	
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	762.360	745.899	
Valor adicionado recebido em transferência	108.871	39.698	
Receitas financeiras	108.871	39.698	
Valor adicionado total a distribuir	871.231	785.597	
Distribuição do valor adicionado	871.231	785.597	
Pessoal	35.134	38.056	
Remuneração direta	23.768	24.257	
Benefícios	9.694	11.635	
F.G.T.S	1.672	2.164	
Impostos, taxas e contribuições	290.804	279.066	
Impostos federais	290.261	278.428	
Impostos estaduais	376	497	
Impostos municipais	167	141	
Remuneração de capitais de terceiros	178.825	112.265	
Júris	117.904	105.116	
Aluguéis	921	355	
Remuneração de capitais próprios	366.468	356.210	
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.825	163.144	
Lucros acumulados	364.643		

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		546.886	533.397
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	18	91.258	78.652
Provisão para demandas judiciais	15 e 18	2.211	3.553
Provisão para benefício pós-emprego		5.498	-
Provisão (reversão) de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	7 e 18	8.151	(3.611)
Baixa de títulos do contas a receber	18	18.555	2.375
Resultado na baixa do imobilizado e intangível		26	20
Margem de construção ativo intangível	9 (i)	(4.692)	(5.728)
Perdas (Ganhos) líquidos com instrumentos financeiros derivativos	19 e 21	7.182	(2.587)
Rendimentos de aplicações financeiras	19	(49.154)	(20.600)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	13 e 19	130.537	90.252
Valor justo líquido da dívida por meio do resultado	18 e 19	(4.399)	-
Amortização do custo de captação	13	1.511	2.620
Varição cambial líquida	13 e 19	(1.194)	3.064
Ajuste a valor presente de clientes	7 e 19	(3.070)	2.479
Atualização monetária de demandas judiciais	15	(4.975)	(303)
Atualização de depósitos judiciais		(58)	(117)
Juros de arrendamentos	14 (iii) e 19	14.658	9.109
		758.931	692.575
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(14.767)	(12.617)
Estoques		447	1.013
Depósitos judiciais		(82)	(33)
Tributos a recuperar		27.676	6.244
Outros créditos		(5.703)	2.062
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		1.444	4.007
Obrigações trabalhistas e sociais		1.134	(813)
Obrigações fiscais		2.516	(3.607)
Pagamento de demandas judiciais	15	(2.066)	(2.223)
Outras contas a pagar		2.548	(4.666)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	13	(113.956)	(73.357)
Juros pagos sobre arrendamentos		(14.659)	(9.109)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20 a.	(172.640)	(174.312)
		470.823	424.464
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		(554.730)	(247.783)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras		31.587	8.390
Aquisição de ativo imobilizado		(923)	(1.372)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	10	(206.775)	(260.028)
		(730.841)	(500.793)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos e debêntures captadas	13	900.000	437.500
Custo na captação de empréstimos e debêntures	13	(7.176)	(1.634)
Empréstimos e debêntures pagas	13	(156.567)	(179.801)
Instrumentos financeiros derivativos pagos		(9.850)	-
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		1.250	1.454
Pagamentos de arrendamentos	14 (iii)	(23.382)	(13.289)
Dividendos pagos	16 d.	(442.873)	(167.360)
		261.402	76.870
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.384	541
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	4.899	4.358
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	6.283	4.899
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		1.384	541

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Águas Guariroba S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 06 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Campo Grande - MS. A Companhia foi constituída em 29 de setembro de 2000, iniciando efetivamente suas operações em 18 de outubro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão nº 104 com a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do Município de Campo Grande - MS, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo inicial de 30 anos.

Segmento Operacional

A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 13 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

b) Moeda funcional e unidade de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perdas de crédito esperadas: premissas de determinação da taxa média de expectativa de perda (nota explicativa nº 7);
 - Reconhecimento de receita: estimativa das receitas ainda não faturadas. Os valores efetivamente faturados podem diferir das estimativas registradas, sendo eventuais diferenças reconhecidas no resultado do período em que se tornam conhecidas (nota explicativa nº 7);
 - Definição de vida útil do ativo intangível: requer julgamento da Administração, considerando o período estimado de geração de benefícios econômicos futuros, bem como aspectos contratuais e regulatórios (nota explicativa nº 10);
 - Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 15); e
 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferidos temporários dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 20).
- d) Base de mensuração**
- As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, a Companhia também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Ativos intangíveis

A Companhia reconhece como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "d". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo esta calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo ou prazo da concessão, dos dois o menor.

c) Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos
Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito.

Contraparte das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

A Companhia determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria;
- Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira, ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro.

Contas a receber de clientes

A Companhia reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para refletir as perdas esperadas em sua carteira de contas a receber, em conformidade com a política contábil adotada e com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de uma matriz de perda (rolagem), construída com base na experiência histórica de inadimplência observada nos últimos 36 meses, segmentada por faixas de vencimento dos créditos.

A metodologia utilizada requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração, considerando, entre outros fatores: o histórico de recebimentos e recuperações; a composição e o prazo da carteira de contas a receber; as condições econômicas atuais; e expectativas razoáveis e sustentáveis

quanto a perdas futuras, quando aplicável.

As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

d) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A Companhia aplica a prática contábil de ativo o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente.

Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pelo poder concedente pelos serviços de construção.

A Companhia reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da concessão somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

e) Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures

Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria.

f) Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sem reconhecimento por ocasião da aplicação do volume consumido pelos clientes.

A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo futuro através do volume médio de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água.

(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento.

(iii) Receita a faturar de serviços de água e esgoto

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão ocorrer o faturamento do mês seguinte, mas que não em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar.

(iv) Receitas de construção ativo intangível

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

(v) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, estão ajustados pelo seu valor presente, conforme CPC 12. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Estão ajustados pelo seu valor presente as rubricas: renegotiações de contratos a receber conforme nota explicativa nº 7 e arrendamentos conforme nota explicativa nº 14.

i) Tributos

(i) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributo corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Tributo diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionadas à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais

Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventuais futuras mudanças de informações que podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se sujeitam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

(ii) Tributos sobre prestações de serviços

O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações da Companhia.

O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente.

(j) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao custo justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentadas no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, modificados ou apresentam redução da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer

* continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Balço patrimonial	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Ativo			
Contas a receber de clientes	228.246	(106.836)	(ii)(iii) 121.410
Tributos a recuperar	829	6.557	(iv) 7.386
Demais saldos	330.920	-	330.920
Total do ativo circulante	559.995	(100.279)	459.716
Contas a receber de clientes	70.644	(20.632)	(ii) 50.012
Depósitos judiciais	1.251	476	(iv) 1.727
Demais saldos	3.912	-	3.912
Total do realizável a longo prazo	75.807	(20.156)	55.651
Demais saldos	1.755.298	-	1.755.298
Total do ativo não circulante	1.831.105	(20.156)	1.810.949
Total do ativo	2.391.100	(120.435)	2.270.665
Passivo			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Obrações fiscais	8.738	(157)	(iv) 8.581
Imposto de renda e contribuição social a pagar	47.585	3.205	(iv) 50.790
Demais saldos	271.333	-	271.333
Total do passivo circulante	327.656	3.048	330.704
Passivo fiscal diferido	82.779	(41.455)	(iv) 41.324
Provisão para benefício pós-emprego	-	4.770	(iv) 4.770
Demais saldos	1.147.635	-	1.147.635
Total do passivo não circulante	1.230.414	(36.685)	1.193.729
Total do passivo	1.558.070	(33.637)	1.524.433

Demonstração do fluxo de caixa	31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Obrações fiscais	(3.654)	43	(iv) (3.611)
Demais saldos	(265.177)	-	(265.178)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	431.692	(7.229)	424.463
Aquisição de ativo de contrato da concessão	(267.256)	7.229	(iv) (260.027)
Demais saldos	(240.765)	-	(240.765)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(508.021)	7.229	(500.792)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	76.870	-	76.870
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	541	-	541
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.358	-	4.358
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.899	-	4.899
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	541	-	541
Demonstrações dos valores adicionados			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
Receitas	1.346.190	1.322	1.347.512
Serviços	1.053.989	(2.802)	(i) 1.051.187
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(513)	4.124	(iii) 3.611
Demais saldos	292.714	-	292.714
Insumos adquiridos de terceiros	(529.584)	6.623	(522.961)
Custos dos serviços prestados	(89.727)	(297)	(iv) (90.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(153.453)	6.920	(iv) (146.533)
Demais saldos	(286.404)	-	(286.404)
Valor adicionado bruto	816.606	7.945	824.551
Amortização e depreciação	(78.652)	-	(78.652)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	737.954	7.945	745.899
Valor adicionado recebido em transferência	39.556	142	39.698
Receitas financeiras	39.556	142	(iv) 39.698
Valor adicionado total a distribuir	777.510	8.087	785.597
Distribuição do valor adicionado	777.510	8.087	785.597
Pessoal	38.055	-	38.055
Impostos, taxas e contribuições	276.492	2.574	279.066
Impostos federais	275.854	2.574	(iv) 278.428
Demais saldos	638	-	638
Remuneração de capitais de terceiros	112.265	-	112.265
Remuneração de capitais próprios	350.998	5.513	356.511
Dividendos e juros sobre capital próprio	163.144	-	163.144
Lucros acumulados	187.554	5.513	(iv) 193.066

A Companhia não identificou qualquer indicativo que justificasse a necessidade de reavaliar a vida útil dos bens em 31 de dezembro de 2025.

11. FORNECEDORES E EMPREITEIROS		2025	2024
Forneadores de materiais e serviços		28.650	27.559
Forneadores partes relacionadas (nota explicativa nº 8)		14.442	18.523
Total		43.092	46.082
Circulante		32.518	39.590
Não circulante		10.574	6.492

A exposição da Companhia aos riscos de liquidez está divulgada na nota explicativa nº 21 - Instrumentos Financeiros.

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos		Valor Contratado		Valor captado	
		2025	2024	2025	2024		
Loan	SOFR + 3,25% a.a.	Dez/26	27.814	27.814	4.573	10.314	
	CDI + 0,80%	Jul/2026 a	-	-	-	-	
	a 0,95% a.a.	Out/2032	1.641.400	1.641.400	1.540.107	774.841	
	IPCA + 4,40% a.a.	Jul/29	276.100	276.100	391.062	377.720	
Total			1.935.742	1.935.742	1.935.742	1.162.873	
Circulante			221.101	198.367		171.641	
Não circulante			1.714.641	964.506			

Cronograma de amortização da dívida
As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:
Cronograma de amortização da dívida - debêntures

	2025
2027	128.875
2028	128.875
2029	566.375
2030	300.000
2031 em diante	600.000
Total	1.724.125
Custo de captação (não circulante)	(9.484)
Total	1.714.641

O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2025 totaliza o montante de R\$ 11.946 (R\$ 6.281 em 31 de dezembro de 2024).

a) **Loan Proarco**
Em dezembro de 2014, a Companhia contratou uma linha de crédito com a Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO), já totalmente desembolsadas, conforme demonstrado a seguir:

Valor contratado (US\$)	Taxa na contratação (R\$)	Data de emissão	Valor da emissão	Datas de pagamento	
				Principal	Juros
8.000	R\$ 3,48	junho/16	27.814	dezembro/17	da emissão

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegae Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"); e (ii) 4 notas promissórias correspondentes a 110% do valor de principal em aberto do empréstimo.
b) **Debêntures**
A Companhia emitiu debêntures simples, de espécie quirogratária, não conversíveis em ações, conforme demonstrado a seguir:

Emissão	Data de emissão	Valor da emissão	Datas de pagamento	
			Principal	Juros
7ª emissão	Outubro/2025	900.000	2030, 2031 e 2032	da emissão

A dívida não possui garantias reais atreladas a essa operação.
A Companhia realiza o acompanhamento das obrigações contratuais e de todas as demais cláusulas restritivas referentes aos seus contratos de financiamento e debêntures, mais especificamente a relação Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite é 4,0X, as quais estão sendo cumpridas integralmente. Considerando o desempenho da Companhia previsto para os próximos trimestres, bem como o desentrelar dos cenários macro econômicos e geopolíticos, não há, neste momento, expectativa da administração de qualquer descumprimento de referidas obrigações e demais cláusulas contratuais.

13. CONCILIAÇÃO DE PASSIVOS RESULTANTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Movimentação	Emprestimos e debêntures		Arrendamentos		Dividendos		Instrumentos financeiros derivativos		Total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.162.873	176.321	670	(4.234)	(8.600)	261.402			1.335.630
Varições dos fluxos de caixa de financiamento									
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	900.000	-	-	-	-	900.000	-	-	900.000
(-) Pagamentos do principal	(156.567)	(23.382)	-	-	-	(179.949)	-	-	(179.949)
(-) Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.176)	-	-	-	-	(7.176)	-	-	(7.176)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	-	-	-	(9.850)	(9.850)	-	-	(19.726)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	-	-	-	-	1.250	1.250	-	-	2.500
Dividendos pagos	-	-	(442.873)	-	-	(442.873)	-	-	(442.873)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	736.257	(23.382)	(442.873)	(8.600)	261.402				
Outras variações									
Novos arrendamentos	-	33.770	-	-	-	33.770	-	-	33.770
Baixa de arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Juros pagos	(113.956)	(14.658)	-	-	-	(128.614)	-	-	(128.614)
Provisão de encargos	130.537	14.658	-	-	-	145.195	-	-	145.195
Amortização de custo de captação	1.511	-	-	-	-	1.511	-	-	1.511
Juros capitalizados no intangível e ativo de contrato da concessão	24.113	-	-	-	-	24.113	-	-	24.113
Valor justo da dívida por meio do resultado	(4.399)	-	-	-	-	(4.399)	-	-	(4.399)
Varição cambial líquida	(1.194)	-	-	-	-	(1.194)	-	-	(1.194)
Perdas (Ganhos) líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	7.182	7.182	-	-	14.364
Valor justo dos derivativos em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(210)	(210)	-	-	(420)
Dividendos destinados	-	-	442.203	-	-	442.203	-	-	884.406
Total das outras variações relacionadas com passivos	36.612	33.770	442.203	6.972	519.557				1.335.630
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.935.742	186.709	670	(5.862)	2.116.589				

Saldos em 1º de janeiro de 2024 (reapresentado)	Emprestimos e debêntures		Arrendamentos		Dividendos		Instrumentos financeiros derivativos		Total
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (reapresentado)	870.098	4.010	-	(3.036)	871.072				
Varições dos fluxos de caixa de financiamento									
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	437.500	-	-	-	437.500	-	-	-	437.500
(-) Pagamentos do principal	(179.801)	(13.289)	-	-	(193.090)	-	-	-	(193.090)
(-) Custo de emissão de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.634)	-	-	-	(1.634)	-	-	-	(3,268)
Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos recebidos	-	-	-	-	1.454	1.454	-	-	2.908
Ajuntamento para futuro aumento de capital	-	-	(167.360)	-	-	(167.360)	-	-	(334.720)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	256.065	(13.289)	(167.360)	1.454	76.870				
Outras variações									
Novos arrendamentos	-	185.600	-	-	-	185.600	-	-	185.600
Baixa de arrendamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Juros pagos	(73.357)	(9.109)	-	-	(82.466)	-	-	-	(82,466)
Provisão de encargos	90.252	9.109	-	-	99.361	-	-	-	99,361
Amortização de custo de captação	2.620	-	-	-	2,620	-	-	-	5,240
Juros capitalizados no intangível e ativo de contrato da concessão	14.131	-	-	-	14,131	-	-	-	28,262
Valor justo dos derivativos em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição cambial líquida	3.064	-	-	-	3,064	-	-	-	6,128
Perdas (Ganhos) líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(2,587)	(2,587)	-	-	(5,174)
Valor justo dos derivativos em outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(65)	(65)	-	-	(130)
Dividendos destinados	-	-	168.030	-	-	168,030	-	-	336,060
Total das outras variações relacionadas com passivos	36.710	185.600	168.030	(2.652)	387.688				
Saldos em 31 de dezembro de 2024 - reapresentado	1.162.873	176.321	670	(4.234)	1.335.630				

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Direito de outorga a pagar (i)	10.133	11.262
Provisão de fundo social a pagar	474	453
Arrendamentos (ii)	186.709	176.321
Outros impostos diferidos	2.476	464
Outras contas a pagar	2.997	1.355
Total	202.789	189.855
Circulante	38.539	19.811
Não circulante	164.250	170.044

(i) O montante a pagar em 31 de dezembro de 2025 é devido ao Estado do Mato Grosso do Sul que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa.
(ii) A Companhia possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

Saldo inicial	Adições		Reversões		Pagamentos		Saldo em 2025	
	2024	2025	20					

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Natureza	Resultado				Pagamentos	Saldo em 2024
	Saldo em 1º de janeiro de 2024	Adições	Reversões			
Cíveis	61	3.645	(991)		(1.896)	819
Trabalhistas	431	1.491	(416)		(1.027)	479
Tributários	5.774	-	(479)	(i)	-	5.295
Total	6.266	5.136	(1.886)		(2.923)	6.593

(i) Em 31 de dezembro de 2025, parte das reversões foram registradas no resultado financeiro, no montante de R\$ 4.975 (R\$ 303 em 31 de dezembro de 2024).

Processos considerados passivos contingentes com risco de perda possível
A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e ambientais, as quais são consideradas como passivos contingentes nas Demonstrações Financeiras, avaliadas pela Companhia, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R\$ 21.815 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.923 em 31 de dezembro de 2024), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo:

a) **Processos cíveis**
A Companhia possui processos cíveis que correspondem principalmente a ações envolvendo pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dano de pagamento, indenizações por danos materiais e morais, em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 1.047 (R\$ 923 em 31 de dezembro de 2024).

b) **Processos trabalhistas**
A Companhia possui processos trabalhistas que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 11.807 (R\$ 2.165 em 31 de dezembro de 2024).

c) **Processos tributários**
A Companhia possui processos tributários que totalizam um montante de R\$ 8.941 (R\$ 8.199 em 31 de dezembro de 2024), o principal refere-se ao processo:

• A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a Companhia dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao exercício compreendido entre janeiro e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 8.199 (R\$ 8.199 em 31 de dezembro de 2024).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social totalmente integralizado é de R\$ 343.639 e está representado por 331.012.035 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	Participação
Camastra Participações e Administração S.A.	99,99%
Igarapé Participações S.A.	0,01%
	100,00%

b) **Ajuste de avaliação patrimonial**
Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários.

c) **Reserva legal**
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

d) **Dividendos**
Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	366.468	356.210
(-) Constituição da reserva legal	(7.757)	(17.017)
Lucro líquido ajustado	358.711	339.193
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	89.678	84.798

Dividendos destinados no exercício
Dividendos destinados do resultado do exercício 81.975 -
Dividendos destinados do resultado dos exercícios anteriores 360.228 168.030
442.203 168.030

Proposta de dividendos adicionais do exercício
Dividendos adicionais propostos 1.824 163.144
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia declarou e posteriormente pagou dividendos intermediários e intercalares no montante de R\$ 442.203, e adicionalmente pagou dividendos referente ao exercício anterior no montante de R\$ 360.898.

e) **Reserva de retenção de lucros**
A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2025	2024
Receita de prestação de serviços	(representado)	
Serviços de abastecimento de água	581.924	560.370
Outros serviços indiretos de água	148.222	139.052
Serviços de esgoto	369.588	340.585
Outros serviços indiretos de esgoto	36.598	25.540
Receitas de construção ativo intangível	239.295	292.132
Total receita bruta	1.375.627	1.357.679
Deduções da receita bruta		
(-) Cancelamentos e abatimentos	(7.359)	(14.361)
(-) Tributos sobre serviços	(104.431)	(97.237)
Total da receita operacional líquida	1.263.837	1.246.081

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2025	2024
Pessoal	(representado)	
Conservação e manutenção	(40.854)	(44.170)
Serviços de terceiros	(5.320)	(5.285)
Materiais, equipamentos e veículos	(72.344)	(68.010)
Amortização e depreciação	(3.675)	(4.585)
Arrendamentos e depreciação	(91.258)	(78.652)
Custos de concessão	(16.845)	(15.587)
Custos de construção ativo intangível	(234.603)	(286.404)
(Provisão) reversão de perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	(8.151)	3.611
Baixa de títulos do contas a receber	(18.555)	(2.375)
Provisões para demandas judiciais	(2.211)	(3.553)
Energia elétrica	(35.001)	(50.421)
Produtos químicos	(4.895)	(4.518)
Outros	(37.875)	(10.720)
Total	(571.597)	(570.669)
Custos dos serviços prestados	(415.374)	(470.303)
Despesas administrativas e gerais	(156.213)	(100.366)

19. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas	(representado)	
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	49.164	20.607
Juros e multa recebidos ou auferidos	12.753	11.725
Variações cambiais ativas	1.717	508
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21)	15.691	3.863
Valor justo da dívida por meio do resultado (nota explicativa nº 13)	21.101	-
Outras receitas financeiras	8.445	2.995
Receitas financeiras	108.871	39.698
Despesas		
Encargos sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa nº 13)	(130.537)	(90.252)
Descontos concedidos	(51.052)	(55.915)
Despesas e comissões bancárias	(3.763)	(3.732)
Variações cambiais passivas	(523)	(3.572)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21)	(22.873)	(1.278)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	3.070	(2.479)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(3.285)	(2.008)
Valor justo da dívida por meio do resultado (nota explicativa nº 13)	(16.702)	-
Juros de arrendamentos (nota explicativa nº 14)	(14.658)	(9.109)
Outras despesas financeiras	(14.538)	(13.841)
Despesas financeiras	(254.861)	(182.186)
Resultado financeiro	(145.990)	(142.488)

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 10 (R\$ 7 em 31 de dezembro de 2024).

20. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

a) **Imposto de renda e contribuição social correntes**
A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada como segue:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos	546.886	533.397
Alíquota fiscal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(185.941)	(181.355)
Despesas indutíveis	(2.431)	(2.533)
Bônus diretores	(136)	(496)
Atualização Demandas Judiciais	1.799	-
Doações Lei Rouanet e Caráter desportivo	5.063	5.932
Programa de alimentação do trabalhador	1.112	1.277
Outras diferenças permanentes	116	(12)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(175.757)	(184.945)
Diferido	(4.661)	7.758
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(180.418)	(177.187)
Alíquota efetiva	33%	33%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2025	2024
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(175.757)	(184.944)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(50.790)	(47.424)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(2.715)	-
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	56.621	58.057
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa (172.641)	(174.311)	

Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:

Compensações referente retenções na fonte	16.203	7.267
Imposto de renda e contribuição social a pagar	40.418	50.790
Total	56.621	58.057

Francis Moreira Faustino Yamamoto - Diretor Presidente

André Pires De Oliveira Dias - Diretor de Relações com Investidores

Gabriel Martins Buim - Diretor Executivo

Vinicius Saravia Caraca Benedito - CRC 1SP295505/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da Águas Guariroba S.A. Campo Grande - MS.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Guariroba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas Guariroba S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Representação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo representados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

b) **Composição e movimentação dos impostos diferidos**
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2024		Patrimônio	
	(reapresentado)	Resultado	Líquido	2025
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	46.733	2.772	-	49.505
Provisão para participação nos lucros	1.755	322	-	2.077
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	443	157	-	600
Ajuste a valor presente de clientes	4.750	(1.044)	-	3.706
Outorga diferida antes anteriores	4.284	(120)	-	4.164
Perda com clientes	8.770	(8.770)	-	-
Variação cambial	1.555	(975)	-	580
Arrendamentos - capitalização	1.206	1.389	-	2.595
Provisão para gratificação e bônus	-	389	-	389
Provisão benefício pós-emprego	1.624	1.866	159	3.649
Baixa por perda parcelamentos	14.437	6.310	-	20.747
Ativo fiscal diferido	85.557	2.296	159	88.012
Juros capitalizados	(26.011)	(7.373)	-	(33.384)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(2.136)	(1.925)	-	(4.061)
Amortização de intangível (i)	(75.393)	2.114	-	(73.279)
Ganho ou perda com SWAP	(581)	581	-	-
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(2.512)	(2.682)	-	(5.194)
Baixa por dedutibilidade fiscal	(16.628)	9.101	-	(7.527)
Valor justo passivos financeiros	(1.496)	(1.496)	-	-
Arrendamentos - Capitalização	(1.690)	(2.701)	-	(4.391)
Receita de Construção	(1.948)	(1.512)	-	(3.460)
Instrumento financeiro derivativo	18	(1.063)	(72)	(1.117)
Passivo fiscal diferido	(126.881)	(6.956)	(72)	(133.909)
Passivo fiscal diferido líquido	(41.324)	(4.660)	87	(45.897)

	1º de janeiro de 2024		Patrimônio	
	(reapresentado)	Resultado	Líquido	2024
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	47.961	(1.228)	-	46.733
Provisão para participação nos lucros	1.726	29	-	1.755
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	169	274	-	443
Ajuste a valor presente de clientes	3.907	843	-	4.750
Outorga diferida anos anteriores	4.404	(120)	-	4.284
Instrumento financeiro derivativo	40	-	(22)	18
Variação cambial	1.172	383	-	1.555
Perda com clientes	1.172	7.598	-	8.770
Arrendamentos - Capitalização	78	1.128	-	1.206
Provisão benefício pós-emprego	1.854	-	(230)	1.624
Baixa por perda parcelamentos	13.691	746	-	14.437
Ativo fiscal diferido	76.174	9.653	(252)	85.575
Juros capitalizados	(21.911)	(4.100)	-	(26.011)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(2.471)	335	-	(2.136)
Amortização de intangível (i)	(77.508)	2.115	-	(75.393)
Ganho ou perda com SWAP	(197)	(384)	-	(581)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(5.582)	3.070	-	(2.512)
Baixa por dedutibilidade fiscal	(17.335)	707	-	(16.628)
Arrendamentos - Capitalização	-	(1.690)	-	(1.690)
Receita de Construção	-	(1.948)	-	(1.948)
Passivo fiscal diferido	(125.004)	(1.895)	(128.899)	
Passivo fiscal diferido líquido	(48.830)	7.758	(252)	(41.324)

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2025 R\$ 6.219 (R\$ 6.219 em 31 de dezembro de 2024).

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:
• Risco de crédito;
• Risco de liquidez; e
• Risco de mercado.
Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco**
A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades.
As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.
Risco de crédito
Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.
As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 51.145 representando aproximadamente 13,54% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão era de R\$ 57.435, representando aproximadamente 16,08% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data.
A Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detêm rating igual ou superior a AA. O rating são aqueles publicados pelas agências: *Fitch*, *Standard&Poor's* e *Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2025	2024
Bancos conta movimento		5	6.263
Aplicações financeiras		6	878.160
Contas a receber de clientes		7	162.553
Instrumentos financeiros derivativos		12	5.862
Total		1.052.838	49

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes

Veja a Nota 3(c); 7 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário.

A Companhia possui um alto volume de clientes e a correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação de contratos e ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços.

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas requer julgamento significativo na determinação das seguintes premissas: (i) correta identificação de clientes, (ii) índices históricos de inadimplência e (iii) expectativa de recebimento de dívidas em renegociações com clientes.

Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação das principais premissas estabelecidas para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada sobre o contas a receber com clientes, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e determinação das premissas utilizadas para mensuração da provisão para perda de crédito esperada sobre o contas a receber;

Testes documentais, em base amostral, sobre os dados que suportam as principais premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas; Recálculo dos modelos implementados para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os clientes com e sem parcelamento; e

Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes na provisão para perdas esperadas os quais foram registrados pela Administração.

Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados à identificação de clientes e premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas. Em função disso, houve a necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas sobre contas a receber de clientes, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja a Nota 9 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui registrado o ativo de contrato oriundo dos contratos de concessão os quais são reconhecidos por seus valores justos durante o período de construção.

Conforme ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.

A Administração exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos.

Devido aos julgamentos realizados pela Administração na avaliação dos gastos incorridos com a construção e ampliação da infraestrutura que podem ter efeitos significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e ampliação da infraestrutura, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais e comprovantes de pagamentos; e

Avaliação se as divulgações relativas à infraestrutura em construção nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024: O exame dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 13 de março de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

São Paulo, 14 de abril de 2026

Luiz Schincariol
Contador CRC 1SP257416/O-1